

Por trás da carne: um breve estudo dos aspectos sócio-históricos e culturais do carnismo ocidental

Manuela Corrêa Leda
Mestre em Sociologia/UNB
manuelaleda@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender os principais aspectos sócio-históricos e culturais que influenciaram a ascensão do carnismo ocidental moderno, analisando como os valores simbólicos que a carne adquiriu nesse contexto relacionam-se com o seu prestígio social e seu consumo atual. Para tanto, examinamos os processos de expansão da indústria animal e dos padrões de ingestão da carne no século XX, buscando compreender as mudanças nas práticas e atitudes em relação a carne como alimento. Concluímos que noções como prestígio, animalidade e masculinidade emergem como significados culturais centrais do carnismo ocidental.

Palavras-chave: consumo; carnismo ocidental, animalidade; masculinidades; aspectos simbólicos.

Behind the meat: A brief study of the socio-historical and cultural aspects of western carnism.

ABSTRACT

This article aims to understand the main socio-historical and cultural aspects that influenced the rise of modern western carnism, analyzing how the symbolic values that the meat acquired in this context are related to its social prestige and its current high consumption. In order to do so, we examine the processes of expansion of the animal industry and the patterns of meat intake in the twentieth century, seeking to understand the changes in practices and attitudes towards meat as food. We conclude that notions such as prestige, animality, and masculinity emerge as central cultural meanings of western carnism.

Keywords: consumption; western carnism; animality; masculinity; symbolic aspects.

Detrás de la carne: un breve estudio de los aspectos socio-históricos y culturales del carnismo occidental.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender los principales aspectos socio-históricos y culturales que influenciaron el ascenso del carnismo occidental moderno, analizando cómo los valores simbólicos que la carne adquirió en ese contexto se relacionan con su prestigio social y su alto consumo actual. Para ello, examinamos los procesos de expansión de la industria animal y de los patrones de ingestión de la carne en el siglo XX, buscando comprender los cambios en las prácticas y actitudes en relación a la carne como alimento. Concluimos que nociones como prestigio, animalidad y masculinidad emergen como significados culturales centrales del carnismo occidental.

Palabras clave: consumo; carnismo occidental; animalidad; maculinidad; aspectos simbólicos.

Introdução

Desde o final do século XIX, o crescimento e a industrialização vertiginosa do complexo cereal-pecuário reconfiguraram os padrões de consumo da carne¹, inserindo-a no centro das dietas ocidentais e aumentando paulatinamente seus níveis de consumo em todo o mundo, à medida que novas tecnologias agrícolas surgiram na segunda metade do século XX e empresas transnacionais assumiram a frente de grande parte de como a proteína animal é produzida, processada e distribuída globalmente. Desde então, a carne passou a ser comercializada como parte essencial de nossa dieta, ancorada em diretrizes nutricionais que a difundiram como a fonte primordial de proteína. Esse lugar preeminente assumido pela carne em nossas refeições – uma realidade bastante recente na história da humanidade, uma vez que a proteína animal é tradicionalmente um alimento escasso, além de permeado por tabus e restrições – a carregou de valores simbólicos que lhe conferiram não só um status alimentar elevado, mas um peso cultural significativo.

Desde que a carne passou a ser produzida sob métodos industriais e a alcançar maiores proporções de consumo, não só aspectos econômicos e geográficos dessa cadeia mudaram, mas também as práticas e atitudes em relação a carne como alimento. Para além do prestígio que a carne ganhou nas sociedades de consumo de massa, atrelando sua ingestão a um status social elevado, a abstração do animal em uma mercadoria comestível também produziu entre os consumidores e a origem vital desse alimento novas relações e conflitos. Por fim, a associação histórica entre a proteína animal e a masculinidade, intensificada nas comunicações e espaços de consumo contemporâneo da carne, nos informa como nossa comensalidade é seccionada por aspectos culturais que empregam os alimentos de significados capazes de produzir identidades.

Iluminada por tais questões, esse artigo analisa os principais contornos históricos e culturais que plasmaram o consumo da carne no ocidente, identificando brevemente alguns dos alinhamentos simbólicos mais relevantes que fundamentaram nossos hábitos carnistas. Assim, buscamos entender como a carne passou a ser o alimento especial que é hoje, por que o comemos tanto e com tamanha frequência. Conforme escreve Fiddes, “nossas atitudes em relação a carne são um reflexo de nossa visão de mundo” (FIDDES, 2004, p.5), por isso, entender os aspectos que subjazem o alto valor da carne nas sociedades ocidentais nos informa os significados sociais mais profundos que envolvem nossos hábitos alimentares.

Vale ressaltar que não tomamos o “ocidente” / “sociedade ocidental” aqui como uma região específica, mas como um conjunto de práticas, sintaxes, estilos que, apesar de marcados por heterogeneidades, formam repertórios conectados de uma maneira mais ou menos forte (CASTRO, 2019). Assim, em vez de serem localizados em uma região definida por fronteiras, esses repertórios são formados por complexas justaposições de diferentes modos de ordenação que criam realidades diversas, porém formadas e informadas por processos comuns (idem). Portanto, não se trata de conceber o Ocidente como um bloco homogêneo, mas sim de apreender alguns padrões culturais que possam elucidar sobre maneiras “ocidentais” de lidar com a carne. Além disso, entendemos que essa “sociedade ocidental” expressa em alguma média modelos de vida, e no caso aqui hábitos alimentares, que, a despeito de suas especificidades locais, transcendem culturas nacionais. São parte, portanto, de um arranjo societário transnacional, como define Ortiz (2007), que, ao alcançar um público mais difuso de consumidores globais, nos permite examinar dimensões gerais desse processo. É nesse sentido que nos propomos a abordar a produção e o consumo da carne como um fenômeno ora ocidental, ora global.

Por fim, para o escopo desse trabalho, a realização da pesquisa envolveu um estudo teórico das abordagens socioculturais dos alimentos – mais especificamente contribuições sócio históricas, bem como antropológicas e sociológicas da alimentação – a partir das quais se buscou analisar o desenvolvimento da pecuária industrial, bem os condicionantes contextuais e os significados simbólicos e culturais da carne na sociedade ocidental moderna.

A indústria animal e a formação do carnismo ocidental

Se pensarmos na relação de muitas sociedades ocidentais com a carne, veremos que, apesar de seu consumo ter raízes históricas longas, é só muito tardiamente que o uso comercial de animais se voltou essencialmente para a obtenção de proteína. Tradicionalmente, o principal objetivo atrelado à domesticação humana dos animais era a aquisição de seus subprodutos – força de tiro dos bois, leite da vaca e lã de ovelhas e lhamas (FIDDES, 2004). É mais propriamente em sociedades europeias da Idade Média que a carne se tornou um alimento mais requisitado, ainda assim, bastante restrito às camadas abastadas, cujos padrões alimentares divergiam rigorosamente das massas da população. O gado era um bem caro e, portanto, destinado quase exclusivamente às mesas dos governantes, que naquela época, mesmo para os padrões considerados modernos, já gozavam de ostensivos banquetes carnívoros, ao passo que nas classes

baixas, o consumo de carne era raro e extremamente limitado (ELIAS, 1994). Ainda assim, no começo do século XIX, apenas 15% da proteína ingerida pelos europeus, naquela época os principais criadores de animais de corte, era proveniente da carne (FITZGERALD, 2015). É somente com os recursos técnicos produzidos pela Segunda Revolução Industrial, associados às transformações sociais trazidas pela urbanização e pelo cenário político do Imperialismo britânico, que se dá início à formação da grande cadeia produtiva da carne, cujo alcance será responsável por profundas transformações nos padrões dietéticos ocidentais a partir do século XX.

No palco principal desse mercado – os centros urbanos dos Estados Unidos – esse novo século vai marcar a ascensão da carne bovina no gosto popular. Até então, era a carne de porco e não o famoso *steak* que gozava de maior prestígio no país, status que ele adquiriu progressivamente à medida que os grandes produtores de Chicago começaram a abastecer as principais cidades norte-americanas, como Boston e Nova York, de carne bovina congelada (CONTRERAS; GRACIA, 2011). A partir daí, o consumo da carne começou a penetrar em camadas sociais mais baixas, democratizando o acesso desse produto historicamente restrito a pequenos e opulentos circuitos sociais. Não por acaso, a proteína animal vai conhecer na segunda metade do século XX o período de maior prestígio na sociedade norte-americana. Juntamente com o aumento da produção, que disponibilizou quantidades inéditas de carne no mercado, agora por preços muito mais acessíveis, o amplo e rápido crescimento da renda média da população gerado pelos novos tempos de “progresso” transformou esse alimento, até então de luxo, em um produto altamente desejado. Como símbolo desse desenvolvimento material proporcionado pelo capitalismo do pós-guerra, a carne, particularmente os cortes mais caros, ajudou a formatar o estilo de vida da classe média emergente, cujas imagens de prosperidade e vitalidade contavam agora com macios bifes na mesa de jantar.

Pode-se dizer que o *boom* dos restaurantes *fast-food* na década de 1960 se tornou a maior manifestação das mudanças sociais, econômicas e dietéticas em desenvolvimento nessa sociedade, uma vez que eles aglutinavam, para usar a expressão de Nibert (2013), em um “casamento arranjado” as duas grandes paixões norte-americanas da modernidade: o hambúrguer e o carro. Com o acelerado ritmo coletivo dos centros urbanos e uma cada vez mais imperiosa demanda pela flexibilização dos horários, os indivíduos encontraram nos restaurantes *fast-food* uma forma de reduzir e personificar o tempo da alimentação (FISCHLER, 1995). A ideia de fornecer comida rápida e barata em *drive-ins*, onde as pessoas poderiam comprá-las sem sair do carro e consumi-las em

movimento, representou outro salto não só no consumo de carne, mas de comida industrial de modo geral. Foi com a fundação da rede McDonald's que as principais técnicas e feições desse novo serviço alimentar ganharam forma e popularidade. Ao contrário dos restaurantes tradicionais, que investiam em uma cozinha diversificada, esse novo sistema apostou nos cardápios curtos e padronizados, organizados segundo um processo de produção fabril, cujos fluxos de montagem e atendimento dos pedidos eram cuidadosamente calculados e cronometrados (FONTENELLE, 2002). Coadunado com um conceito fordista de tempo, por assim dizer, o fenômeno *mcdonald's* foi rapidamente incorporado à cultura norte-americana, que popularizou o hambúrguer como um dos grandes símbolos do século XX. No auge de expansão da marca, em meados da década de 1960, mais de um bilhão de hambúrgueres haviam sido vendidos no país (FONTENELLE, 2002), fenômeno que seria intensificado duas décadas depois, com a instalação de franquias em 27 países do mundo. O lugar da carne estava consagrado na era do consumo de massa.

Conforme argumenta Friedmann (2000), o hambúrguer de *fast-food* é a mercadoria que melhor condensa os aspectos de uma nova relação dos indivíduos humanos com os indivíduos fictícios chamados de corporações. Para ela, esse produto materializou uma forma emergente de aquisição alimentar que reconfigurou as pessoas em uma classe de trabalho e em consumidores com dimensões globais. É nesse mesmo sentido, podemos dizer, que Renato Ortiz (2007) afirma que menos do que uma “americanidade”, o McDonald's exprimiu um novo padrão alimentar que coadunou a forma de comer com o ritmo fabril da modernidade, ao instituir um modelo de refeição rápida, individualizada e fracionada que chegou aos quatro cantos do mundo.

O caso McDonald's é a expressão de um movimento generalizado que passaria a tomar conta do sistema alimentar moderno com a internacionalização de grandes corporações do segmento agroindustrial e alimentício. A capacidade de reorganizar os sistemas de produção e de trabalho e de promover uma grande mobilidade de capital expandiu a atuação das corporações transnacionais, que, a partir da década de 1970, converteram-se nas forças dominantes na dinâmica comercial referente ao circuito de *commodities* (WEIS, 2007). A carne é um caso paradigmático dessa complexidade que se tornou a cadeia de produção alimentar, uma vez que o ajuste estrutural atravessado pela indústria pecuária nas últimas décadas, em razão do crescimento e consolidação de empresas transnacionais, da liberalização do mercado, do desenvolvimento tecnológico e das novas zonas de expansão da fronteira agrícola, transformou as condições de produção desse alimento. Esses avanços, afirma Fitzgerald, inauguraram “uma nova era

de carne barata, que alterou não apenas o tipo de carne que as pessoas estavam consumindo, mas também sua quantidade” (FITZGERALD, 2015, p.42). A indústria da carne experimentou um rápido crescimento e concentração com a consolidação de um reduzido grupo de empresas no controle do abate e processamento do gado, como a Tyson Foods, que assumiu durante décadas o posto de maior processadora de carne do mundo. Pautadas em estratégias de *marketing* cada vez mais sofisticadas, essas corporações investiram exaustivamente na construção de marcas que criassem entre elas e os consumidores uma relação de fidelidade. Incorporando ao máximo as necessidades e desejos do público em suas imagens, essas estratégias mercadológicas têm sido fundamentais para criação e difusão global de hábitos alimentares centrados na carne.

Desde que os métodos industriais de criação e abatimento de animais se difundiram no último século, a carne adentrou as dietas domésticas de muitas sociedades. Em muitos desses lugares, o aumento do consumo de proteína animal foi acompanhado pela redução da ingestão de produtos de origem vegetal à base de cereais. Esse movimento de “carnealização” das dietas, para usar a expressão de Tony Weis (WEIS, 2010, p.168), tem sido particularmente visível na Ásia, onde os crescentes níveis de urbanização, industrialização e renda *per capita* têm provocado mudanças estruturais nos padrões de consumo alimentar de toda a região (PINGALI, 2007; REGMI & DYCK, 2001; DELGADO, 2003). Ao mesmo tempo, o fortalecimento das corporações de animais de corte tem repercutido na crescente difusão de vários setores da produção pecuária e de métodos fabris para uma ampla gama de países do Terceiro Mundo, especialmente para as regiões sul, leste e sudeste da Ásia, que, nas últimas décadas, têm encabeçado as importações de tecnologias de capital intensivo para a instalação de modelos industriais de produção (DELGADO, 2003). No caso da China, sem dúvida o cenário mais emblemático das transformações produtivas e alimentares em curso no mundo, desde as reformas de mercado que ganharam corpo nos anos 1980, um número crescente de operações comerciais de grande escala, incentivadas pelas aplicações de tecnologias e práticas de gestão importadas, tem penetrado o até então modesto setor da bovinocultura chinês. Em razão dessa nova onda tecnológica, a parcela da carne de porco chinesa produzida pelas famílias agrícolas caiu, ao mesmo tempo que a produção de bovinos, uma atividade tradicionalmente secundária, ascendeu (FULLER; TUAN; WAILES, 2002). Em termos alimentares, o consumo *per capita* tanto de carne bovina quanto de leite praticamente dobrou no país.

Na América do Sul, outra zona fundamental na expansão da fronteira agrícola global, vários empréstimos foram emitidos pelo Banco Mundial para o desenvolvimento

de projetos relacionados à economia do gado na Bolívia, Uruguai, Paraguai, Equador, Chile e Colômbia. Com vastas extensões de terra, o Brasil foi o principal destinatário de financiamentos internacionais, tendo recebido só entre 1978 e 1988 mais de 5 bilhões de dólares em empréstimos para a ampliação da pecuária no país, que, não por acaso, se consolidou no século XXI como um dos maiores exportadores de carne bovina e produtores de grãos do mundo (NIBERT, 2013). Muitas áreas também foram abertas para a introdução de pastagens e monoculturas de cereais para ração na América Central e no México.

Apesar de em menor escala, as porções de proteína animal e seus derivados estão crescendo continuamente em outros países asiático, como Índia, Tailândia e Filipinas, que, devido a tabus culturais e religiosos, carregam historicamente os padrões de consumo de carne mais baixos do mundo. O rápido crescimento da renda *per capita* na Índia desde 1990 tem provocado um aumento estrutural no consumo de produtos pecuários no país. Tanto nas zonas rurais quanto nas áreas urbanas, a quantidade de alimentos de origem animal aumentou substancialmente, chegando a ultrapassar, nas cidades, a tradicional predominância do consumo de cereais (GANDHI; ZHOU, 2010). Apesar de enfrentar vários tabus culturais e ainda apresentar níveis baixos de consumo, a carne bovina na Índia segue aumentando entre a população de religião não hindu e de origem estrangeira, ao mesmo tempo que outros tipos de carne, como a de frango, apresentam índices de demanda cada vez maiores em toda a população.

Todo esse movimento de expansão e difusão da indústria animal promoveu uma profunda separação entre as dimensões de produção, processamento e consumo, normalizada pelas estratégias de *marketing* empresariais. Gouveia & Juska (2002) afirmam que a unidade tecnológica, econômica, institucional, política e cultural das esferas de produção e consumo de alimentos está historicamente associada a um dos níveis mais fundamentais de reprodução social, de modo que sua separação nas sociedades modernas, longe de ser um processo acidental, é “um artefato de poder e construção sociocultural e ideológica” e cuja sustentação depende da mobilização permanente de uma grande variedade de mecanismos econômicos e extra econômicos. A indústria de carne ocidental, alega Franklin, se tornou um *lobbie* politicamente poderoso, e como resultado do esforço de expandir a produção e o consumo, ela teve um impacto significativo na alimentação à nível global, não apenas direcionando a produção de grãos para a pecuária intensiva e criando e popularizando novos produtos cárneos, mas transformando a proteína animal em símbolo de prazer e progresso social (FRANKLIN, 1999). É nesse sentido que Weis afirma que o crescimento e a consolidação de corporações

transnacionais agroalimentares têm sido poderosos não só em um sentido material, mas em um nível ideológico, transformando aspirações dietéticas e cultivando fidelidades às marcas (WEIS, 2010). Segundo ele, desde as rotinas sazonais de cultivo e colheita até a preparação das refeições, os alimentos têm sido uma parte central das identidades culturais das sociedades e que um aspecto peculiar do poder crescente das agroempresas reside justamente na sua capacidade de cortar os laços materiais e conceituais entre produtores e consumidores, e substituí-los por redes de processamento, distribuição e varejo através da qual a comida se transforma em uma mercadoria desespecializada (WEIS, 2007, p.186). À medida que o alimento se torna progressivamente uma mercadoria marcada, embalada e separada do tempo, espaço e cultura (ou estação, paisagem e significado), ela muda para muitos no inconsciente moral.

Tudo isso, alega Twine (2012), é galvanizado por um discurso de política alimentar ocidental emergente que reitera, na verdade, uma necessidade urgente de duplicar a produção de alimentos para atender às demandas de uma população humana em crescimento, de modo que os supostos ganhos de eficiência da indústria animal seriam uma consequência inevitável do “progresso”, além de um curso necessário para o suprimento alimentar global.

Naturalizado por meio de uma conjectura de crescimento inevitável da população humana e da disseminação global de um “humano” hegemônico que, por definição, consome carne (e muito), a “revolução” – pois é verdadeiramente pelo menos em termos econômicos, sociais, de relações ambientais e de interespecies – representa um movimento de capitalização considerável por corporações do “gado” globalmente posicionadas e é efetivamente uma tentativa de normalizar uma ampla gama de identidades, relações e práticas por meio da condução da mudança de dieta. (TWINE, 2012, p.12)

É nesse sentido que o sistema de carne, principalmente em um período recente, constituiu o que Tony Weis definiu como a maior revolução agroindustrial do século XX, ou conforme afirma Fischler, a “corrente mais fundamental e irresistível” dos processos históricos do consumo alimentar. Assim, ao mesmo tempo que a indústria de carne foi comercialmente bem-sucedida, ela tornou-se simultaneamente capaz de mudar o comportamento dos consumidores, especialmente nos últimos vinte anos, frente aos hábitos alimentares e suas relações com os animais (FRANKLIN, 1999).

Os significados culturais do carnismo ocidental e os dilemas da comensalidade

Como se pôde ver, a primazia da carne nas refeições tem sido uma conjectura nutricional nas sociedades ocidentais modernas cujo status elevado lhe confere a ideia comum de que o que a torna tão preeminente são suas qualidades inerentes. A crença de que a carne e as refeições estão intrinsecamente ligadas já não pode mais ser vista como uma peculiaridade da cultura dos Estados Unidos, uma vez que o aumento do consumo de carne se difundiu mundialmente como um sinal de um padrão de vida melhorado (HEINZ, 1998). Na maioria das nações de hoje, quanto maior a faixa de renda, maior as proporções de produtos de origem animal na dieta (FIDDES, 2004). Disseminadas não somente pela indústria, mas também pelas redes de distribuição e varejo, restaurantes e pelos próprios governos, as referências à carne – seja como ingrediente ou refeição – passaram a ser tipicamente contextualizadas em relações de troca, cujos discursos, afirma Heinz (1998), através de inúmeros alinhamentos simbólicos, solidificam o consumo da carne como uma prática cultural e um alimento essencial para a vida humana.

Conforme compreende Marshall Sahlins (2003), isso é uma decorrência da intenção cultural que organiza o processo material de existência. Segundo ele, o sistema de troca na sociedade capitalista é uma produção social de códigos de significados, no qual o valor de consumo dos bens materiais é mediado por noções de “utilidade” que dependem de diferenças significativas em relação a outros bens; ou seja, o consumo, longe de ser fruto de uma necessidade puramente objetiva, é uma forma essencial de demarcação social que realiza a ordem cultural através da significação atribuída a um sistema de objetos (SAHLINS, 2003). A comida, e a carne em especial, são, sem dúvida, “categorias totêmicas” (idem, p.176) essenciais em diversas culturas. Nas sociedades ocidentais, em particular, a carne carrega uma série de conteúdos simbólicos que são essenciais para se compreender seus padrões de consumo. Conforme afirma Carol Adams, ao analisar os sistemas de relação que subjazem o consumo desse alimento, nós “situamos a produção do significado da carne dentro de um contexto político-cultural” (ADAMS, 2012, p.61). Assim, esse contexto nos informa uma série de conteúdos que fundamentam, em nossa cultura, atitudes frente às nossas refeições, à nossa relação com os animais e à natureza, bem como à nossa estrutura social mais ampla.

O tradicional vínculo desse alimento à noção de masculinidade é um dos significados culturais mais notáveis no que toca o consumo da carne, não só na cultura

ocidental moderna, mas também em vários outros contextos sociais. Muitos autores (HEINZ, 1998; FITZGERALD, 2015; FRANKLIN, 1999; RIFKIN, 1992; SAHLINS, 2003) relatam esse caráter sexual evocado pela carne, que apesar de ter se sobressaído na sociedade norte-americana – cuja exaltação à carne mostra uma particular afinidade com o poder masculino – é uma realidade bastante antiga e difusa. Conforme conta Franklin (1999), essa associação teria nascido da crença segundo a qual as qualidades de força e vitalidade dos animais consumidos seriam incorporadas através de sua ingestão. As semelhanças constitutivas dos corpos humanos e animais, revestidos de carne e sangue, teriam combinado ao consumo de proteína animal todo um imaginário de masculinidade, que, mesmo diante das novas definições de gênero do contexto pós-moderno, permanece um importante elemento do carnismo ocidental.

Carol Adams afirma que as sociedades que consomem carne adquirem identificação masculina pela sua escolha de alimentos, uma vez que a distribuição da proteína animal é historicamente marcada em diversos grupos sociais por atribuições sexuais que informam hierarquias entre homens e mulheres. Para ela, o volumoso consumo de carne tornou-se um símbolo particularmente importante da primazia do lugar do homem nas sociedades ocidentais, cujas bases patriarcais foram responsáveis por impor às mulheres as exigências dietéticas dos maridos. Isso se deu desde que a mitologia da cultura patriarcal encontrou no conceito da carne a evocação literal do poder masculino e transformou a proteína animal em um item insubstituível da alimentação (ADAMS, 2015). A partir do conceito de “política sexual da carne”, a escritora e define as características dessa relação entre a estrutura de poder masculino com a alimentação. Segundo ela, esse conceito compreende os aspectos ideológicos e simbólicos da masculinidade que relacionam a cultura de consumo da carne no ocidente ao sistema de dominação masculina, subjacente a qual se encontra, segundo ela, a violência sistematicamente praticada contra mulheres e o meio ambiente/animais na sociedade moderna. É através dessa associação simbólica que são também reproduzidas imagens de “mulheres subjugadas, fragmentadas ou consumíveis” (ADAMS, 2015, p.35). Conforme escreve ela,

O que *A política sexual da carne* afirma é que o modo como é estruturada no nosso mundo a política em relação ao gênero relaciona-se com o modo como vemos os animais, especialmente os animais que são consumidos. O patriarcado é um sistema de gênero que está implícito nas relações humanas/animais. Além disso, a construção do gênero implica a instrução sobre alimentos adequados. Ser homem na nossa cultura é algo que está ligado

a identidades que eles reivindicam ou negam — o que um homem “verdadeiro” faz ou não faz. Um homem “de verdade” não come quiche. Não se trata meramente de uma questão de privilégio; é uma questão de simbolismo. Em parte a masculinidade é construída na nossa cultura pelo acesso ao consumo de carne e pelo controle de outros corpos (ADAMS, 2015, p.36)

Essa ligação entre homens e a carne é particularmente evidente em um amplo contexto cultural que geralmente coloca o preparo de alimentos na esfera feminina — cuja associação ao espaço doméstico é uma marca fundamental das relações patriarcais de nossa sociedade — mas que lhe retira essa função principal quando se refere ao manejo e ao consumo da carne. Uma vez que essas esferas de produção, preparação e consumo dos alimentos são práticas organizadas mediante a articulação complexa de eixos geradores de diferenças e desigualdades (DO CARMO, 2013), a carne se estabelece nesse caso não só como uma forma de construção identitária, mas também de relações de poder.

Por outro lado, essas mesmas práticas também podem ser apropriadas de forma a produzir significados culturais que busquem contestar fronteiras sociais e, dessa forma, tornar a alimentação um fenômeno de resistência política. É nesse sentido que Adams defende que a elaboração de um movimento feminista-vegetariano partiria do reconhecimento dessa interconexão entre a carne e a opressão feminina, de modo que as refeições incorporassem os princípios de escolhas alimentares que colocassem em prática a resistência contra a estrutura masculina dominante, o que nesse caso significa lançar luz sobre a ofuscada condição objetificada das mulheres e dos animais de consumo, abstendo-se do alimento que melhor simboliza a masculinidade na sociedade moderna: a carne.

As preferências e aversões por tipos de carne é outro aspecto que define a especificidade do consumo desse alimento na cultura ocidental. Há uma divisão quase absoluta, ou mesmo absoluta, entre espécies de animais considerados comestíveis e não comestíveis em nossa sociedade. Em contraste com as carnes de boi e de porco, que são consumidas quase inadvertidamente, a ingestão de carne de cavalos e cachorros, por sua vez, é considerada um tabu. A proximidade dessas duas últimas espécies com relação aos humanos sugere uma correspondência entre a subjetividade ou alguma utilidade normalmente atribuída a esses animais e a condição inapropriada de seu consumo. Em contraste, o anonimato dos bois e porcos, que levam vidas invisíveis em currais e celas

afastadas, lhes confere um status de objetos que dá ao consumo desses animais um maior grau de comestibilidade.

Em seu estudo acerca do uso americano de animais domésticos, Sahlins (2003) realça, inclusive, como essas diferenciações categóricas de animais comestíveis e não-comestíveis são definidoras da própria relação que a sociedade americana tem com o seu meio ambiente, uma vez que a centralidade da carne bovina na história da agroindústria do país dedicou grande parte de sua terra à criação de rebanhos e à produção monocultora de grãos para ração animal. Isso tudo é parte de uma história de milênios de domesticação animal que, ao longo da ascensão do capitalismo, atraiu uma pequena variedade de espécies para dentro da esfera de preocupação moral das diferentes sociedades, ao mesmo tempo que afastou outras para distâncias variadas e culturalmente relativas, nas quais, pode-se dizer, os animais de corte encontram-se isolados em sua condição de mercadorias.

Com efeito, a separação entre as esferas da produção e do consumo da indústria animal em etapas cada vez mais fragmentadas é a característica fundamental da era corporativa que hoje controla verticalmente toda a cadeia produtiva, influenciando inclusive o imaginário social que se constrói da carne como um componente não só desejável, mas também indispensável de nossa alimentação. Essa distância entre o animal do pasto e a carne da mesa – originada pela multiplicação de subsetores que foram incorporados à cadeia devido às implicações de uma produção industrial de alta escala – tornou possível uma completa separação entre o consumidor e os “residuais” – riscos, impurezas, sofrimento –, como afirma Sordi (2016), gerados pela engrenagem produtiva da carne, cujos métodos foram completamente retirados da vista do público. Foi através desse distanciamento, podemos dizer, que a proteína animal conseguiu ser incorporada tão amplamente na alimentação humana, uma vez que muitas das suas “questões filosóficas”, para usar as palavras de Lévi-Strauss (2009), foram, de alguma forma, transferidos de uma dimensão social para uma atitude individual.

Apesar de uma prática antiga, a ingestão de carne nunca foi uma experiência neutra. A atitude do homem frente à proteína animal é historicamente marcada por implicações psicológicas e sociais e culturalmente carregada de ambivalências, concentrando ora desejo e bem-estar, ora inapetência e repressão moral (FISCHLER, 1995). Não por acaso, formas de restrição e proibição da carne foram registradas em praticamente todas as sociedades humanas, muitas entre as quais essa prática permanece ainda nos dias de hoje. Nas grandes religiões indianas, por exemplo, a abstenção da

carne sempre esteve associada a qualidades e evoluções espirituais, o que tornou a proibição ética desse alimento constitutiva do estilo de vida das castas sacerdotais hindus e bramânicas (GOODY, 1995). Dentre as “abominações do Levítico”, analisadas por Mary Douglas (1976), uma série de espécies de carne aparecem associadas a impurezas e poluições rituais, como a carne de porco, cujo consumo é tradicionalmente interdito pela religião judaica. Essa mesma atitude restritiva em face dos alimentos cárneos é observada por Douglas em seu estudo do povo Lele de Kasai, cujo consumo de espécies e partes de animais, apesar de central em sua dieta e sistema social, era profundamente marcado por classificações seculares e rituais (DOUGLAS, 1976). Na Europa, não diferentemente, havia nos mosteiros cristãos da Idade Média abstenções permanentes de consumo de carne, restrições que, analogamente, apresentam semelhanças com práticas alimentares de budistas contemporâneos de diferentes regiões da Ásia.

Todos esses casos, ao lado de inúmeros outros, evidenciam que a carne é um alimento que provoca permanentemente entre o homem e o animal consumido algum tipo de ambivalência. Compreender a distinção entre eles e definir a essência de nossa humanidade é uma problemática antiga, que inquietou nossos antepassados coloniais, biólogos e clássicos da filosofia, e cujas respostas são ainda hoje fonte de muitas controvérsias.

O fato de sermos igualmente feitos de carne remete a todo instante a uma condição de animalidade que nos associa a outras espécies de animais em um denominador comum chamado de “natureza”. No pensamento dicotômico ocidental, afirma Ingold, é exatamente em oposição a essa “natureza”, enquanto “macrocosmos das entidades físicas” que a dimensão “microcômica das ideias” do homem encontrou a fonte de sua humanidade (INGOLD, 1995, p.7). O plano moral da cultura tornou-se a qualidade distintiva dos seres humanos – linguagem, intelecto, razão, consciência moral – cuja ausência permitiu construir a sua própria ideia de animalidade. Sem dúvida, a prática de ingerir carne de outras espécies de animais é um fenômeno que traz à tona as fronteiras dessa divisão. Acerca disso, afirma Fischler:

O homem parece experimentar a necessidade constante de construir sua identidade definindo a linha divisória entre o animal e ele (...). Comer carne, no entanto, pode remeter constantemente ao que nos aproxima deles: a carne, o sangue, as excreções, o sopro vital, a promessa da morte e a putrefação. Na verdade, o consumo de carne ameaça, a cada instante, colocar em questão essa fronteira, ao impor a evidência da continuidade contra a descontinuidade que buscamos desesperadamente afirmar (FISCHLER, 1995, p.126).

Assim, o consumo de carne só se tornaria possível com a ruptura dessa continuidade entre os humanos e os animais por eles ingeridos, ou seja, com o obscurecimento da origem animal da carne ingerida. Não é de hoje que essa descontinuidade vem sendo forjada. Em *O Processo Civilizador*, Elias (1994) relata os primeiros esforços da sociedade cortesã do século XVII em dissimular as características aparentes da animalidade dos animais consumidos como um sinal de civilidade. Na Idade Média, observa ele, a carne era servida em grandes pedaços de animais, que frequentemente chegavam ainda inteiros à mesa, onde só então eram trinchados. Não por acaso, a habilidade de trincar animais, ensinada em livros de boas maneiras, era apreciada como uma verdadeira arte entre a elite da época. Com o tempo, esse costume foi abandonado e a apresentação de peças inteiras substituída por pequenas unidades, que cada vez remetiam menos ao animal de origem. Segundo Elias, esse movimento de abstração da animalidade da carne foi trazido por processos de modernização, como a transferência das atividades produtivas para entidades especializadas, a exemplo dos açougues, que retiraram a atividade de trincar do meio doméstico e converteram as famílias em unidades de consumo. Além disso, com o refinamento dos costumes, as pessoas passaram a suprimir em si mesmas todos os sinais de animalidade, o que gerou paulatinamente uma tendência psicológica de repulsa frente à exposição de corpos de animais mortos. Essas mudanças sociais geradas no curso do processo civilizatório ocidental desenvolveram, conforme afirma Elias, um movimento de remoção para “longe da vista” de tudo que se tornou repugnante ou desagradável, um padrão, podemos dizer, perpetuado e intensificado pela sociedade ocidental contemporânea, na qual “a lembrança de que o prato de carne tem algo a ver com o sacrifício do animal é evitada a todo custo” (ELIAS, 1994, p.127).

Nas refeições atuais, a imagem da carne pouco ou nada remete à aparência viva dos animais, que nem mesmo nas prateleiras do supermercado revelam suas feições. Cada vez mais fracionada, transformada e adornada, a carne que consumimos se converteu em uma mercadoria comestível completamente estranha ao seu processo de produção. Sob o controle de grandes empresas, essa cadeia produtiva foi completamente deslocada para os “fundos da vida social” (ELIAS, 1994, p.127), que a distanciou física e simbolicamente de seus consumidores. Muitas estratégias foram criadas pelas indústrias a fim de promover essa separação.

A retirada dos abatedouros dos centros urbanos é a maior expressão desse afastamento físico promovido pelas empresas frigoríficas, uma vez que o isolamento desses espaços obscurece os métodos e técnicas de transformação de animais em carne. Segundo Vialles (1994), apesar do fato desse deslocamento também ter ocorrido por questões higiênicas, que ameaçavam as populações urbanas da época, em grande medida, o exílio dos matadouros expressa uma profunda mudança na sensibilidade humana em relação a realidades como morte, sofrimento, violência, putrefação e, finalmente, frente aos próprios animais, cujo contato mais íntimo, gerado pelos tradicionais manejos de animais em atividades produtivas, foi reduzido e até evitado pelos moradores da cidade. Além disso, vale dizer que o caráter racional e industrial de abatimento dos animais tornou esses espaços semelhantes a edifícios fabris, cujas estruturas tendem a ocultar as características de animalidade ali presentes, como sons, cheiro, sujeira e sanguinolência. Assim, afirma Villes, os abatedouros foram criados para serem completamente anônimos, ou mais precisamente, “não-lugares” (idem, p.22), onde, muito longe de nossa vistas, são realizadas todas as operações essenciais desagradáveis que precedem a finalização da substância abstrata que ao fim se configura como carne.

Franklin observa que esse ocultamento distanciou inclusive os consumidores “de quem abate, corta e serve a carne”, invisibilizados pela decadência dos açougues com a ascensão dos supermercados, que difundiram a comercialização da carne em pequenas porções nas cabines refrigeradas. Desde que esses grandes estabelecimentos assumiram a massa de distribuição dos alimentos, uma ruptura ainda maior se estabeleceu entre o consumidor e as origens mais remotas da carne, ao inserir entre esses dois polos da cadeia novos atores e conteúdos técnicos que descolaram ainda mais os animais de quem os come.

Somado a esse distanciamento físico, as estratégias de *marketing* das indústrias da carne têm apostado cada vez mais em mecanismos simbólicos de separação através do abrandamento das imagens e da própria linguagem que aludem aos animais de origem da proteína consumida. Nas embalagens, por exemplo, desenhos de bois, porcos e galinhas felizes em fazendas lembram mais fotografias de livros infantis do que as feições de animais reais em confinamento, da mesma forma que as partes corporais, cada vez mais desmembradas, velam sua aparência morta. De maneira semelhante, nas denominações dos tipos específicos de carne – além da intrínseca dissimulação carregada pelo próprio termo “carne”, que oculta qualquer tipo de identidade entre o vocábulo e o seu significado – expressões como “suína” e “bovina” são frequentemente preferidas em detrimento das alcunhas “porco” e “boi” na nomeação das espécies animais de

ascendência da carne. Da mesma forma, termos como “filé”, “lagarto”, “alcatra”, “patinho” são comumente usados no lugar de nomes que fazem referência a partes do corpo animal, disfarçando a natureza orgânica da carne consumida.

O efeito ambivalente que o animal contido na carne incita nos consumidores se tornou ainda mais sensível desde que os primeiros escândalos sanitários envolvendo doenças de animais de corte alastraram-se publicamente – surto da vaca louca, gripe aviária, salmonela. Apesar de problemas de saúde ser uma preocupação crescente de nossa realidade alimentar industrial contemporânea, podemos dizer que a sensação de risco ganha um efeito particularmente perturbador quando envolve o consumo da carne, não só porque esta está associada aos casos mais preocupantes de escândalos alimentares, mas por seus riscos iluminarem as obscurecidas zonas de contato entre o animal e a carne que comemos. Conforme afirma Stassart e Whatmore, “as impressões metabólicas que a carne de outros confere à nossa própria é um axioma duradouro das relações sociais com o mundo não-humano e a porosidade das fronteiras imaginárias que marcam ‘nós’ fora ‘dele’” (STASSART; WHATMORE, 2003, p.449). Essa “durabilidade metabólica entre corpos humanos e não-humanos” (idem, p.450) expressa a ideia de Fischler de que a incorporação física e literal dos alimentos produz uma intimidade última entre nós e eles que “dá aos consumos orais uma imposição simbólica muito particular” (FISCHLER, 1995, p.79). No caso da carne, é como se, ao consumi-la, a distinção animalidade-humanidade se desfizesse e desse lugar a uma espécie de “contínuo do vivente” (idem, p.125) que, mesmo minuciosamente mascarado e ofuscado, se revela subitamente diante dos olhos dos consumidores a cada escândalo e alerta envolvendo a indústria animal. Assim, escreve Franklin:

As novas crises alimentares fizeram algo que reverteu as principais características do consumo de carne na modernidade. Elas enfatizaram ao consumidor as conexões entre animais e carne, e sublinharam os processos do animal-para-carne. Esses processos racionalizados e intensivos, tão calculadamente escondidos do olhar do público, foram revelados para serem a fonte do novo risco. Em resumo, os novos métodos de produção da carne deixaram para toda carne um potencial risco de saúde e ela perdeu sua inocência como uma produtora do progresso moderno (FRANKLIN,1999, p.164).

Como se pode ver, todas essas formas de ocultamento e abrandamento da animalidade da carne possibilitaram ao longo do tempo a evasão de potenciais conflitos

éticos sobre o tipo de relacionamento que esse modo de produção e alimentação gera com outras espécies. Esse ofuscamento das origens da carne que comemos se torna particularmente emblemático no contexto mais recente, onde animais de estimação, especialmente cachorros e gatos, têm dividido cada vez mais espaços domésticos com os humanos. Desde um acolhimento afetivo de seus donos a um gigantesco mercado de produtos para *pets*, a crescente humanização que passaram esses animais parece entrar em conflito com o consumo cada vez mais exacerbado de animais de corte, cujo tratamento as pessoas pouco ou nada sabem ou falam a respeito. Conforme afirma Heiz, “O tabu cultural exige a invisibilidade da produção da carne” (HEIZ, 1998, p. 94) de forma que, ao produzir esse discurso, a “ausência” se torna sua principal voz.

Considerações finais

Todos esses casos evidenciam que são as ideias e percepções que temos dos alimentos, em uma íntima relação com a nossa cosmologia, que governam o gosto e o apetite por nossa comida, ou seja, sua comestibilidade e desejabilidade. Os alimentos são portadores de sentido que os permite exercer efeitos simbólicos reais, individuais e sociais e é, em grande medida, pelos significados e imaginários que carregam que se tornam mais ou menos consumidos (FISCHLER, 1995). Assim, conforme alega Fiddes (2004), é menos na natureza dos itens alimentares do que nos padrões de pensamento subjacentes aos indivíduos que os consomem que deve se buscar a explicação de suas preferências e aversões, pois mais do que o seu sabor, é a sua posição em nossa classificação de alimentos aceitáveis e a percepção das escolhas alimentares das pessoas com quem nos identificamos que nos informa sobre sua comestibilidade: “Nós alimentamos não só o nosso apetite, mas também o nosso desejo de pertencer, os alimentos expressam valores sociais e, ao consumi-los, nós reconhecemos um conjunto compartilhado de significados” (FIDDES, 2004, p.34).

As redes de alimentos estão aumentando sua extensibilidade para múltiplas regiões e contextos sociais, diluindo em alguma medida as fronteiras entre preocupações locais e globais. A carne, em específico, como vimos, foi um dos principais vetores da transformação dos padrões dietéticos mundiais na modernidade, tendo alterado completamente os modos de produção alimentar, as refeições, bem como as formas de interação dos indivíduos com os animais de criação. Assim, a carne tornou-se um símbolo pelo qual a sociedade ocidental - como muitas outras sociedades - há muito tempo expressa sua relação com o mundo em que ela habita.

A popularidade da carne, como vimos, está em grande medida relacionada ao seu poder simbólico, ela testemunha a pertença social em um grupo privilegiado, pois seu consumo atesta sua inscrição em um certo estrato da sociedade, ou seja, ela naturaliza relações de comunidade e hierarquia que, mesmo com a crescente democratização do consumo da proteína animal em vários países do mundo, ainda hoje são produtoras de fronteiras de distinção social. Essa dimensão hierárquica se expressa também nas relações de gênero, uma vez que a carne é historicamente em diversas sociedades um alimento que conota poder e masculinidade. Na sociedade ocidental moderna, essa associação da carne com a força física e a vitalidade foi parte da construção social desse alimento como produtor de identidade e poder.

Se por um lado, a carne foi cuidadosamente produzida e comercializada para invocar um alto status como alimento adequado e desejado, além de qualidades viris, também vimos que ela carrega tradicionalmente conotações de ambivalência com o seu animal de origem. A complexidade da prática do consumo de carne reflete as atitudes ambíguas que os humanos carregam em direção a outros animais, que lhe lançam permanentemente conflitos éticos e filosóficos quanto ao consumo desse alimento. É nesse sentido que Fischler afirma que “comer carne implica um trabalho simbólico considerável para reconstruir o ato letal” (FISCHLER, 1995, p.135), e é por isso, além das implicações sociais, ambientais e de saúde que a indústria pecuária cria, que dispor quase ilimitadamente de carne, como se configura contemporaneamente o consumo de proteína animal nas sociedades ocidentais, e crescentemente, como vimos, em muitos países orientais, comporta desafios permanentes e cada vez maiores.

Notas

¹ Apesar dos termos “carne” ou “proteína animal” serem definidos como qualquer corte ou parte comestível de animais em geral, tomarei aqui por esses conceitos a noção específica de “carne bovina”, uma vez que esta tem sido o eixo central dos processos sociais envolvendo a expansão do lugar da proteína animal na dinâmica global de produção e consumo alimentar. Além disso, entendo que a carne bovina concentra as qualidades nodais, bem como os principais fenômenos sociais envolvendo a carne em geral (SORDI, 2016) e, por isso, a tomarei como alvo do presente trabalho.

Referências

ADAMS, Carol J. *The sexual politics of meat: A feminist-vegetarian critical theory*. Bloomsbury Publishing, USA, 2015.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentação, Sociedade e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

CASTRO, L. R. Cortes de carne: desenredando natureza-culturas ocidentais. *R. Tecnol. Soc., Curitiba*, v. 15, n. 35, p. 247-270, jan./abr. 2019.

DELGADO, Christopher L. Rising consumption of meat and milk in developing countries has created a new food revolution. *The Journal of nutrition*, v. 133, n. 11, p. 3907S-3910S, 2003.

DO CARMO, Ísis Nery. “Viva o feminismo vegano!”: gastropolítica e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens. Dissertação de mestrado, UFBA, PPGNEIM, 2013.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FIDDES, Nick. *Meat: A natural symbol*. Routledge, 2004.

FISCHLER, Claude. *El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Editora Anagrama, 1995.

FITZGERALD, Amy J. *Animals as Food: (re)connecting production, processing, consumption, and impacts*. Michigan: The Animal Turn/Series Editor Linda Kalof, 2015.

FONTENELLE, Isleide Arruda. *O Nome da Marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

FRANKLIN, Adrian. *Animals and modern cultures: A sociology of human-animal relations in modernity*. Sage, 1999.

FRIEDMANN, Harriet; What on Earth is the Modern World-System? Foodgetting and Territory in the Modern Era and Beyond. *Journal of World-Systems Research*, VI, 2, summer/fall, 2000, pp. 480-515.

FULLER, Frank; FRANCIS, TUAN; ERIC, WAILES. Rising Demand for Meat: Who Will Feed China's Hogs? In: GALE, Fred et al. *China's food and agriculture: Issues for the 21st century*. US Department of Agriculture, Economic Research Service, 2002.

GANDHI, Vasant; ZHOU, Zhangyue. Rising demand for livestock products in India: nature, patterns and implications. *Australasian Agribusiness Review*, v.18, n.1, p.103-35, 2010.

GOODY, Jack. *Cocina, Cuisine y Clase*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1995.

GOUVEIA, Lourdes; JUSKA, Arunas. Taming Nature, Taming Workers: constructing the separation between meat consumption and meat production in the US. *Sociologia Ruralis*, v. 42, n. 4, 2002, p. 370-390.

HEINZ, Bettina; LEE, Ronald. Getting down to the meat: The symbolic construction of meat consumption. *Communication Studies*, v. 49, n. 1, p. 86-99, 1998.

INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, junho de 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Lição de Sabedoria das Vacas Loucas. *Estudos Avançados*. Vol. 23, n. 67, São Paulo, 2009.

NIBERT, David Alan. *Animal Oppression and Human Violence: domeseccration, capitalism, and global conflict*. New York: Columbia University Press, 2013.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PINGALI, Prabhu. Westernization of Asian diets and the transformation of food systems: Implications for research and policy. *Food policy*, v.32, n.3, p.281-298, 2007.

RIFKIN, Jeremy. *Beyond beef: The rise and fall of the cattle culture*. Nova York, Dutton, 1992.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SORDI, Caetano. *De carcaças e máquinas de quatro estômagos: controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

STASSART, Pierre; WHATMORE, Sarah. J. Metabolising Risk: food scares and the un/re-making of Belgian beef. *Environment and Planning*, 2003, vol. 35, p.449-462.

TWINE, Richard. "Revealing the 'Animal-industrial Complex': a concept and method for critical animal studies". *Journal for Critical Animal Studies*, v. 10, n. 1, p. 12-39, 2012.

VIALLES, Noëlie. *Animals to Edible*. Nova York: Cambridge University Press, 1994.

WEIS, Anthony John. *The global food economy: The battle for the future of farming*. Zed Books, 2007.

WEIS, Tony. The accelerating biophysical contradictions of industrial capitalist agriculture. *Journal of agrarian change*, v. 10, n. 3, p. 315-341, 2010.

Recebido em 01 de janeiro de 2019

Aceito em 02 de julho de 2019